

ROBERTO MONTEIRO (PS)

Praia de empresas

Três novos parques empresariais (Boavista, em Santa Cruz, Lajes e Agualva) surgem nas palavras do responsável socialista como exemplos do modelo de desenvolvimento que o PS/Praia defende para o concelho. Quantas mais empresas nele surgirem, mais facilmente se fixará população – uma das necessidades da Praia, segundo Roberto Monteiro. Que, pelo meio, critica a apatia da oposição.

Nos últimos quatro anos, o concelho da Praia ganhou nova dinâmica. Isso é a prova de que, estando o PS no Governo Regional, um executivo camarário da mesma cor é essencial para que as obras surjam?

Não. Todo o processo em curso na Praia da Vitória resulta, fundamentalmente, numa nova dinâmica criada pela própria autarquia. A prova é que, de todos os empreendimentos em curso, apenas o projecto da marginal e do Paul tem participação do Governo Regional. Apoio dado, exactamente, nos mesmos moldes que foi disponibilizado ao executivo anterior. Mas não posso deixar de referir que a grande projecção e dinâmica que se vêem no concelho nos últimos quatro anos se devem exclusivamente a um executivo com outra energia, com um projecto claro, sabendo para onde que ir e que, de forma coerente e articulada, tem vindo a consolidar uma ideia de desenvolvimento...

Ao dizer isso, afirma que o anterior executivo não teve energia nem capacidade suficientes para implementar um projecto de desenvolvimento na Praia...

Não havendo meios adicionais do Governo Regional, o que mudou, indiscutivelmente, foi a performance do executivo municipal. Não vejo outra razão. Nos últimos dois anos, está-se a concretizar mais investimento que o realizado nos últimos 40 anos. E, como disse, não houve aumento dos recursos. Aliás, o anterior executivo tinha algumas ideias, algumas até coincidentes com as que estão em curso, caso da estrada 25 de Abril, da Casa das Tias, do Salão teatro Praiense, a marginal ou os miradouros na serra do Cume. Mas a sua pouca capacidade de execução fez com que esses projectos nunca saíssem do papel.

E qual a razão dessa incapacidade?

Porque insistia num modelo tradicional de gestão autárquica. A acção do PS na Praia está a provar que só com um modelo de acção em que a autarquia funciona tipo "holding", articulada com empresas municipais e parcerias publico-privadas, permite a concretização de um vasto conjunto de investimentos, essenciais à cidade e ao concelho. Investimentos que consubstanciam o segundo maior orçamento dos Açores em termos autárquicos. E que foi realizado num ano e meio. Nada disto acontece porque haja mais dinheiro. Acontece porque se inovou no modelo de gestão. O executivo anterior teve o demérito de não ter conseguido fazer esta leitura atempadamente. E, ano após ano, repetia nos planos e orçamentos as obras que

referi, sem nunca as concretizar.

O PS entende que há uma boa oposição no concelho da Praia?

Nos últimos quatro anos, nesse capítulo, vivemos dois ciclos: primeiro, um em que houve, efectivamente, uma confrontação entre posição e oposição, embora numa perspectiva de comparação constante deste executivo com o anterior; depois, com o arranque das obras em curso, a oposição remeteu-se ao silêncio. Ora, em meu entender, tal não é saudável para o concelho. Como é possível que no debate do plano e orçamento na Assembleia Municipal não se registre qualquer intervenção da oposição? Isso demonstra o estado das coisas. Em paralelo com esta ausência de debate das questões reais, dos projectos concretos é de um desenvolvimento futuro do concelho, o que vamos assistindo é a ataques mesquinhos, politiquices, palavras sem qualquer conteúdo para lá da maledicência...

Há quem diga que é o PS que é incapaz de dialogar...

Discordo. A Assembleia Municipal é o local próprio para o debate e a validação das decisões estratégicas tomadas pelo município. Se um plano e orçamento vai a esse fórum e não recebe qualquer comentário da oposição, passando à votação, duvido que seja o PS quem é incapaz de dialogar! Por dois anos consecutivos, esta situação aconteceu. E, além do mais, o sistema democrático em que vivemos – e que vive com imensa saúde no concelho da Praia – permite qualquer diálogo, discordância ou confrontação. Dizerem que não debatem nem falam das coisas porque o PS não cria as condições é, no mínimo, risível. Se a oposição chega à Comunicação Social, enviando-lhe sucessivos comunicados com críticas e sem uma única solução, por que não se preocupa em ser uma oposição construtiva em defesa deste concelho?...

Há também quem diga que o PS, nos últimos quatro anos, tem vindo a preencher vários lugares em instituições e associações do concelho. Como comenta esse argumento?

É falso. Basta ver as regras claras e transparentes que incutimos no relacionamento entre o município e as instituições do concelho, nomeadamente através do Fundo de Coesão Rural. Não há – nem nunca houve – privilégios para esta ou aquela entidade em função de cores partidárias, amizades ou o que quer que seja. Por ano, temos vindo a distribuir 600 mil euros, distribuição que é regulada por uma comissão independente. Olhe, até o meu adjunto foi vereador do executivo anterior. A chefe de divisão dos Recursos Humanos ocupava o terceiro lugar na lista que se opôs a mim. E nos últimos três, os planos e orçamentos da autarquia são aprovados por todas as juntas de freguesia. Algo que é histórico. Se não houvesse um tratamento equitativo, duvido que tal fosse possível. Portanto, a cor partidária nunca foi critério para mim.

Uma boa oposição resultaria em melhores projectos para o concelho?

Sim. Em regra, uma boa oposição é um elemento motivador de boa gestão. No entanto, quando estas oposições procuram dar alternativas, acabamos por constatar tratarem-se de medidas populistas, sem sustentação financeira para as garantir. Por exemplo, uma oposição responsável, quando propõe polícias municipais, indica também como se vai garantir o financiamento dessa força. Vir a público dizer que a melhoria da segurança exige polícia municipal e não explicar como ela será paga é lançar propostas populistas e sem qualquer cuidado realista. Falo nisto porque se trata de um assunto discutido em Assembleia Municipal, onde a oposição não foi capaz de explicar como se pagariam os 250 mil euros por ano, que é custo de um efectivo de 12 elementos para a Praia...

Abriendo um parênteses: concorda com a introdução de polícia municipal na Praia?

O PS/Praia entende que a segurança é uma competência do Governo da República. Se cada vez que uma estrutura do Governo da República deixar de responder e tiverem que ser os municípios a assumir esses encargos, onde vamos parar? E pagamos como? Imagine que num determinado tribunal os processos estão atrasados dois ou três anos. Cabe ao município contratar um juiz? Ou se nas Finanças houver pouca gente para a procura que tem. Será o município a contratar funcionários? Querer que as Câmaras cumpram as funções do Governo da República é um caminho, a meu ver, errado e que poderá resultar numa enorme desresponsabilização do Estado. É óbvio que o PS/Praia se preocupa com a segurança. Mas essa preocupação deve servir para se exigir mais policiamento. Não para entregar o problema a quem não tem forma de o resolver. Ou pode fazê-lo, à custa de encargos excessivos que, no fundo, serão pagos pelos municípios.

A cidade da Praia, neste momento, está mergulhada em obras. Que mais valias vão trazer estas obras?

Esta é a primeira fase do projecto de desenvolvimento que o PS delineou para a Praia. Nesta primeira fase, estão-se a concretizar as infra-estruturas essenciais à consolidação desse projecto. Turismo e Lazer, Cultura e Educação e Dinamização Empresarial são as áreas a desenvolver com estas infra-estruturas. Após esta fase, começará a ver-se o retorno deste investimento, que ronda os 100 milhões de euros...

No concelho vizinho, a autarquia preocupou-se com as infra-estruturas e elas, hoje, estão como estão. Aliando isso à crise internacional que se vive, como será possível retirar proveito de áreas que, em boa verdade, são as primeiras as perder clientes em tempo de crise, nomeadamente Turismo, Lazer e Cultura?

Turismo, lazer e competências são os eixos do desenvolvimento futuro de qualquer sociedade, particularmente as competências. E o projecto de desenvolvimento do PS para a Praia passa por aí, de forma bem vinculada. Escolas de Artes, rede de info-centros, multi-serviços no espaço rural são projectos nesse âmbito, que será possível rentabilizar rapidamente. Quanto ao lazer e ao turismo, são pilares fundamentais para este concelho. Estamos a criar as condições para que os investimentos surjam. E eles vão surgir. A crise não será impedimento...

Não será mais sensato, nesta fase, investir em áreas de valor acrescentado, particularmente na produção de bens?

É esse o objectivo da terceira fase – que se confunde com a segunda – deste projecto de desenvolvimento. Ao município cabe a tarefa de criar as condições. Depois, caberá à iniciativa privada aproveitá-las. E, nesse âmbito, os três parques empresariais previstos [Boavista, em Santa Cruz, Vila das Lajes e Agualva] vão no sentido de garantir condições para que surjam iniciativas de negócio. Mas esta vertente não inviabiliza que se criem condições que potenciem investimentos na área do lazer, do turismo e da cultura.

O crescimento empresarial que preconiza, na opinião do PS, deve fazer-se no sector dos serviços ou da produção?

Deve fazer-se, de forma equilibrada nos vários sectores de actividade, dentro das possibilidades. Não nos podemos esquecer que o sector da produção exige matéria-prima e que esta, exceptuando nos lacticínios, na carne e no peixe, não abunda na ilha. Ter indústrias que importam matéria-prima e, depois do processamento, têm de incorporar nos preços o transporte da matéria-prima e do produto, é inviável. Nunca seremos competitivos. Daí que, tendencialmente, o sector dos serviços esteja mais desenvolvido que o industrial. Mas, mesmo assim, há alguns sectores produtivos que podem ser explorados, caso da fruta e das flores. Mas os serviços serão sempre preponderantes na arquitectura empresarial do concelho. Nestes, parece-nos que a tecnologia é a vertente a explorar.

De que forma?

Antes de mais, deixe-me que lhe diga que a tecnologia é o caminho do futuro para este concelho. Ela não paga transporte, suporta-se fundamentalmente nas competências e nas ideias das pessoas. Muitas das empresas mundiais nasceram em locais pequenos, com projectos consolidados e realistas, que resultaram em empresas de grande sucesso. O PS, no seu projecto para a Praia, direcciona muito investimento para a formação tecnológica, sobretudo nos mais novos. Essa formação será fundamental para que, no futuro, venham, quem sabe, a liderar projectos de sucesso empresarial. A tecnologia, no fundo, é a única produção que podemos ter na Praia que não sofrerá o peso dos custos da insularidade. Quanto à sua pergunta; existem várias formas: por exemplo, a gestão, a segurança e o armazenamento de dados é algo que desperta a atenção de empresas internacionais. Associar essa necessidade, tendo como pano de fundo a segurança intrínseca à base das Lajes, é uma forma de explorar esse sector.

Este é um concelho predominantemente agrícola. Como se articula este sector com o projecto de dinamização económica do concelho, que sublinha os serviços e a tecnologia?

Na Praia, entre 55 a 60 por cento da população vive, directa ou indirectamente, do sector primário. No entanto, parte dela tem essa actividade como complemento de outra. De qualquer forma, o sector



Na Praia, entre 55 a 60 por cento da população vive, directa ou indirectamente, do sector primário. No entanto, parte dela tem essa actividade como complemento de outra. De qualquer forma, o sector primário na Praia tem vindo a modernizar-se e, com isso, insere-se na lógica que defendemos para o desenvolvimento do concelho. Portanto, o sector está mais do que actualizado para o desafio que apresentamos. Aliás, uma boa parte dos nossos agricultores é composta por filhos de empresários agrícolas que querem manter-se no activo.

A Agricultura é atractiva na Praia?

Sim. É um sector difícil, mas onde é possível viabilizar uma exploração. Eventualmente, tal não será possível com o número actual de explorações, mas o processo de unificação, de emparcelamento e de crescimento vai acontecendo. Embora reconheça que a maior parte dos novos activos preferem empregos no sector terciário e não no primário.

Qual é para o PS o maior problema que a cidade da Praia vive?

O aumento da população. Que não classifico como problema, mas como desafio. Por isso, uma das linhas orientadoras do projecto socialista para a Praia passa pela empregabilidade e pela habitação, critérios fundamentais para a fixação de pessoas. As condições que estamos a criar, abrem as portas a iniciativas privadas, que serão o garante de emprego. Em paralelo, com a expansão da cidade até à Via Vitorino Nemésio, criam-se as condições para o acesso a lotes de terreno a preços aceitáveis, facilitando, por esta via, a habitação.

O PS é, por vezes, acusado de ser demasiado assistencialista, em detrimento do apoio ao tecido empresarial. Essa crítica tem razão de ser na Praia?

De forma alguma. Aliás, quem faz essa crítica que nos dê o exemplo de algo que tenhamos deixado de fazer a favor do empresariado para fazer em termos sociais. Os principais concelhos da Região, os que são cidades, têm derrama. Praia e Angra não têm, abdicando de uma receita superior a 800 mil euros a favor dos empresários. Na Região, os únicos projectos de parques empresariais em curso com investimento autárquico são os da Praia. Qual o município açoriano que, neste momento, está a investir mais de 25 mil euros num estudo para a revitalização do comércio tradicional? A Praia. Que eu saiba, nas restantes ilhas são as câmaras do comércio quem promove esse tipo de análise. E que município açoriano tem um gabinete do investidor com uma taxa tão elevada na redução dos prazos de licenciamento dos investimentos privados neste concelho. Portanto, parece-me que temos feito mais pelos empresários locais do que qualquer outro concelho da Região.

É preciso mais investimento na acção social na Praia?

Há sempre que investir mais. Pessoalmente só acredito num projecto de desenvolvimento que traga emprego e riqueza, mas que promova a igualdade social. E entendo que uma parte dos recursos de um município deve ser usada em projectos de cariz social. E não falo apenas nos mais carenciados. Falo também idosos, que combatem com problemas enormes, nomeadamente com a solidão. Um concelho sem uma política social, sem vontade de ajudar as populações mais débeis que nele habitam não é um concelho humanizante. Sou um dos defensores de que o PS nunca poderá abandonar esta vertente humanizante da acção executiva. O desenvolvimento económico e o progresso são fundamentais para a evolução. Mas o seu sucesso deve servir também para contrariar os problemas sociais que existem em qualquer sociedade.

O concelho da Praia vive numa conjuntura peculiar: tem um porto, que é central no arquipélago e no Atlântico; um aeroporto; e beneficia da presença estrangeira, que, ao que tudo indica, com as novas valências da base, poderá crescer. Acredita que tudo isso pode ser explorado e rentabilizado numa maior dimensão que a actual?

Não tenho a menor dúvida quanto a isso. Reconheço que a Praia nunca soube explorar convenientemente o seu porto e o seu aeroporto. Um concelho que possui estas infra-estruturas apresenta-se com um nível de progresso enorme. Isso não acontece na Praia. No caso do porto, é essencial consolidar-se uma plataforma logística terrestre que garanta uma nova centralidade em toda a rede de transportes marítimos açorianos...

Defender essa centralidade é entrar na disputa com São Miguel...

Se a Terceira for competitiva nesse sector, essa centralidade surgirá naturalmente. No fundo, é urgente que nos desprendamos daquilo que, durante anos serviu de desculpa para tudo. É o sector empresarial que tem de ser decisivo nestas questões, sobrepondo-se mesmo a vontades políticas. O porto comercial da Praia da Vitória será um porto com grande aumento de movimento e de competitividade se garantir condições comerciais a quem o vai utilizar. A questão aqui não é política, é uma questão de mercado. Este porto tem de garantir condições que possibilitem um transporte de mercadorias para todas as ilhas mais competitivo do que Ponta Delgada. Não nos esqueçamos que o porto de Ponta Delgada está a esgotar a sua capacidade. Ou seja, na próxima década, vai ter que ser alvo de investimentos avultados para dar resposta à procura. Essa será a oportunidade da Praia da Vitória. Mas ela depende da iniciativa privada, com o Governo Regional a assumir-se como elemento facilitador.

O porto tem, neste momento, condições que permitam a competitividade que refere?

Tem. Quer para o tráfego externo quer para o interno. Sendo este o preponderante.

Mas ele tem condições para um aumento de tráfego?

É a plataforma logística em terra que o garantirá. À parte pública caberá disponibilizar os terrenos e avaliar a viabilidade de uma resposta privada à criação dessa plataforma. Os empresários das Flores, do Pico ou de outra ilha, utilizarão o porto da Praia se ele lhes garantir condições mais vantajosas na circulação das suas mercadorias.

Até agora, muitos empresários argumentam que o uso deste porto lhes aumenta os custos de transporte...

É aí que é preciso travar uma luta...

Como?

Pela pressão que o sector privado tem de fazer sobre o sector público. Não há razão, no curto prazo, para alguns dos sobre custos que existem no porto da Praia.

Quais?

Não lhes consigo precisar agora. Mas, pelas informações que me chegam, o custo do metro cúbico aqui é muito superior a outro porto por um efeito de escala. Tenho algumas reservas quanto a isso. Presumo que esses custos acrescidos se prendam com aspectos da operação em si. E é aí que se pode lutar junto do poder político. Depois, será uma questão de garantir a movimentação das cargas em tempos curtos. Bom prego e prazos curtos serão as condições necessárias para que o porto da Praia seja central no arquipélago. O poder privado tem de convencer o poder público a enviar esforços para que se ultrapassem eventuais custos acrescidos. Penso que com uma plataforma logística em terra tal será possível. As vantagens competitivas deste porto serão um dos pontos críticos do sucesso desta ilha nos próximos 30/40 anos. E isso não pode estar dependente de vontades políticas. O poder político tem de colocar em pé de igualdade todo o sector empresarial.

Deixemos as questões macro e passemos à micro: o estacionamento, actualmente, é um problema na Praia. Como será resolvido?

Bom, de facto, neste momento, há um problema de estacionamento na cidade. Mas ele deve-se ao facto de estarem em curso um conjunto de obras importantes, que não se resumem à substituição de calçadas. Estas obras comportam também a revisão do sistema de águas pluviais da Praia, que é um autêntico caos. Esta foi uma herança negra que recebemos. Ninguém gosta de fazer valas. Mas – e aqui tenho de responder-lhe como presidente da autarquia – não poderia avançar com a substituição das calçadas sem, antes, garantir um bom sistema de escoamento e drenagem de águas pluviais. Portanto, o problema actual de estacionamento decorre das obras. Mas, em boa verdade, a questão não se esgota aí, porque ela comporta também hábitos. Ou seja, por exemplo, um praiense vai a Angra e estaciona no Baião, na Praça de Toiros e na Escola Secundária, acedendo ao centro da cidade de mini bus ou a pé, num percurso, mais ou menos, de 400 a 500 metros. Ora, o mesmo praiense, na Praia, quer estacionar mesmo no interior da cidade, não percebendo que estacionando na periferia, percorreria a mesma distância. O parque do campo de jogos está poucos metros do largo da luz e, mesmo assim, está sempre vazio. De igual modo, na circular interna no Paul foram criados 100 lugares de estacionamento. Estes estão a 250 metros da Praça Francisco Ornelas da Câmara. Mas a maior parte dos lugares estão por ocupar. Este é um hábito que levará tempo a ser debelado. De qualquer forma, já foram criados 300 lugares de estacionamento dentro da cidade, enquanto só foram extintos 70 lugares. A estes vão juntar-se outras zonas de parqueamento. Ou seja, o estacionamento não será um problema na Praia.

O comércio tradicional na Praia, pelo que sabemos, vive dias difíceis. O PS/Praia tem essa noção? E que soluções preconiza?

Mais do que a noção, já existem planos concretos no terreno para debelar essa situação. O PS/Praia identificou essa situação há bastante e tempo e a autarquia tem vindo a agir no sentido de garantir condições para que os comerciantes da Praia vivam dias desafogados. Temos em curso um projecto de um centro comercial a céu aberto. Neste momento, estamos a articular com os consultores profissionais que contratamos um encontro com o tecido empresarial, de forma a concretizarmos este projecto, que classifico como essencial para a revitalização do comércio tradicional da Praia da Vitória.

Neste momento, há PS para lá da Câmara da Praia?

Sim. Temos um conjunto de secções extremamente dinâmicas que, efectivamente, dão alertas permanentes e importantes a quem está no executivo. Isso é fundamental para quem está a administrar. Actualmente, o PS/Praia está muito mais bem apetrechado do que há alguns anos atrás. Temos muitos jovens, muitos quadros técnicos. Gente de enorme qualidade. Dentro de pouco tempo, muita gente ficará surpreendida com a qualidade dos jovens quadros com que o PS conta na Praia.

Entrevista Visualizações: 28 Comentários: 0

15.MAR.2009